



Ação Penal nº 182817-9 -Comarca de Primavera.

175

Autor (s): Procuradoria Geral de Justiça  
Réu (s): Jadeildo Gouveia da Silva  
Relator: Desembargador Roberto Ferreira Lins  
Órgão: Seção Criminal  
Julgador:

**EMENTA:** Penal e Processual Penal. Crime do art. 129, § 9º, do Código Penal. Materialidade comprovada. Negativa de autoria. Crime ocorrido no interior da residência do casal. Insegurança da prova para alicerçar decisão condenatória, até porque, mesmo na esfera policial, no calor dos fatos, não se foi capaz de demonstrar qualquer agressão física ou proferimento de palavras de baixo calão por parte do denunciado contra a pessoa da vítima, a par da menção de discussão familiar entre ambos. Apesar de se ter como de fundamental importância a palavra da vítima em crimes ocorridos no interior do lar, no entretanto, a prova testemunhal colhida de pessoas estranhas ao grupo familiar e que na residência do casal se encontravam trabalhando, testemunhos presenciais, portanto, não confirmam o descrito na denúncia. Insuficiência de prova que implica na aplicação do princípio "*in dubio pro reo*". Improcedência da denúncia com a consequente absolvição do denunciado. Decisão unânime.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Penal n.º 182817-9, Comarca de Primavera, em que é Autor, Procuradoria Geral de Justiça e, réu, Jadeildo Gouveia da Silva. Os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão de 28/07/2010 acordam, à unanimidade, em julgar improcedente a denúncia com a absolvição do denunciado, tudo conforme consta do relatório e do voto citados em anexo, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 28 de fevereiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator

42



72  
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins*

Ação Penal nº 182817-9- Prefeito Municipal de Primavera.

Autor(s):	<b>Ministério Público do Estado de Pernambuco</b>
Réu(s):	<b>Jadeildo Gouveia da Silva</b>
Relator :	<b>Des. Roberto Ferreira Lins</b>
Órgão Julgador:	<b>Seção Criminal</b>

176

## RELATÓRIO

Jadeildo Gouveia da Silva, devidamente qualificado, foi denunciado como infrator das disposições do art. 129, § 9º, do Código Penal, crime praticado no interior da residência da rua Manoel da Rocha, 12, na cidade de Primavera, deste Estado, dia 08 de dezembro de 2007, tendo como vítima sua companheira Maria Betânia da Silveira Sotero que, ao ali chegar encontrou dois filhos do denunciado e como não fala com os mesmos mandou que dali saíssem, gerando-se altercação e, em seguida, recebeu um empurrão de seu companheiro, resultando lesionada levemente, dando origem a presente ação penal, nela encontrando-se a necessária perícia traumatológica (fl.8).

Interrogatório realizado (fl.31/32); juntada a folha de antecedentes criminais negativa (fl.33); defesa prévia oferecida, com testemunhas arroladas (fl.35/36); produzida a prova testemunhal com a ouvida da vítima e testemunhas ministeriais (fl.39/40), havendo desistência da Defesa da oitiva das testemunhas por si arroladas (fl.41).

Aduzindo alegações finais a Promotoria de Justiça, após transcrições de parte dos depoimentos das testemunhas da denuncia e da vítima, requer seja proferida decisão absolutória, por insuficiência de provas (fl. 42/43)

A Defesa, de forma idêntica, pede também a absolvição na mesma esteira do entendimento do representante do Ministério Público (fl.44/45).

Encerrada a instrução e encontrando-se os autos conclusos para julgamento, o Dr. Juiz da Comarca de Primavera exarou despacho declinatorio da competência para prosseguir com os demais atos processuais em razão do denunciado haver sido diplomado e empossado no cargo de Prefeito do Município de Primavera, vindo os autos a esta Corte de Justiça e a mim distribuídos como Relator, tendo determinado sua ida à Procuradoria de Justiça (fl.56), dali retornando com o parecer de fl.61/63, ratificando os atos processuais praticados pelo Juízo de primeira instância e novamente para ali encaminhados a fim de se colher pronunciamento sobre o mérito da causa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins*

Ação Penal nº 182817-9- Prefeito Municipal de Primavera.

177

(fl.66), retornaram com a cota ratificatória de todos os atos praticados naquele Juízo, em sua integralidade (fl. 69), ambos emitidos pelo Dr. Itabira de Brito Filho, Subprocurador Geral de Justiça no exercício do cargo de Procurador Geral.

É o relatório.  
À douta Revisão.

Recife, 21 de novembro de 2009.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins*

173



Ação Penal nº. 182817-9- Prefeito Municipal de Primavera.

Autor (s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Réu (s):	Jadeildo Gouveia da Silva
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador:	Seção Criminal

VOTO

**Jadeildo Gouveia da Silva, atualmente Prefeito do Município de Primavera**, devidamente qualificado, foi denunciado como infrator das disposições do art. 129, § 9º, do Código Penal, crime ocorrido no dia 8 de dezembro de 2007, por volta das 16:30 horas, no interior da residência da vítima, sua companheira Maria Betânia da Silveira Sotero, localizada na Rua Manoel da Rocha, nº 12, em Primavera, onde chegou e encontrou dois filhos do denunciado, com quem não fala e como mandou que dali saíssem, gerou-se uma discussão para, em seguida, o denunciado após haver lhe dito “vá tomar no cu”, deu-lhe, ainda, um empurrou que, ao cair, resultou lesão em seu cotovelo direito, ficando, ainda, com a mão direita bastante doída.

A materialidade do crime se encontra comprovada pelo teor da Perícia Traumatológica aos autos acostada (fl. 11).

O denunciado, na esfera policial (fl. 18) e na judicial (fl. 31/32) negou haver proferido palavras de baixo calão contra a vítima, como também nega tê-la agredido fisicamente, apesar de relatar um atrito ocorrido entre sua companheira e os dois filhos dele próprio, por não permitir permanecessem na residência, o que lhe fez interferir colocando-se entre seus filhos e a vítima, chegando a dizer que não poderia sua companheira agir daquela maneira pois se tratavam de seus filhos e desde que passaram a viver juntos, a vítima deles sabia e não tinha como impedi-los de ficar ali pois a casa era de ambos.

Antes de mais nada, necessário se faz registrar que, na grande maioria das vezes, a palavra da vítima em casos como este se torna da maior importância, isto porque tal tipo de crime geralmente é praticado no interior do lar e, por isso, dele só tomam conhecimento os nele diretamente envolvidos, acusado e vítima, naturalmente.

No entanto, na residência do casal, pessoas estranhas ao grupo familiar ali se encontravam trabalhando, José Ernirio da Silva e Zenildo de Luna Júnior que, desde a fase inquisitiva, afirmam não terem presenciado qualquer agressão física por parte do denunciado, nem também o

vc



ouviram proferir palavras de baixo calão contra a pessoa da vítima, declarações que ratificaram em Juízo (fl. 13 e 14, e fl. 40, respectivamente) testemunhos presenciais, por conseguinte.

Diante de tais testemunhos, outra alternativa não resta que não a de ter a denúncia como improcedente, eis que não provada a acusação, merecendo aplicação o princípio "*in dubio pro reo*", como assim mesmo se posicionou o representante do Ministério Público quando do oferecimento de suas alegações finais lançadas as fl. 42/43, donde se vê requerida a absolvição do denunciado por insuficiência de provas para ensejar a condenação, a par da aparente contradição nela contida.

Atente-se, ainda, que o Dr. Itabira de Brito Filho, douto Procurador de Justiça, após manifestação nos autos, ratificou todos os atos instrutórios, pugnando pela inclusão do feito em pauta para julgamento, o que implica no reconhecimento da procedência das alegações finais ministeriais (fl. 61/63), alegações finais que veio, novamente, a ser expressamente ratificada quando instado a se pronunciar sobre o mérito da causa (fl. 69).

Nunca se torna demais mencionar ser preferível se absolver mil culpados do que se condenar um único inocente, e como no caso presente a prova produzida não teve o condão de confirmar a denúncia, a sua improcedência se há reconhecer ante a ausência de prova de haver o denunciado praticado a infração penal a si atribuída na denúncia.

Ante o exposto e acolhendo, tanto o parecer de fl. 61/63 e da cota de fl. 69, ambos da lavra do Dr. Itabira de Brito Filho, Subprocurador Geral de Justiça no exercício do cargo de Procurador Geral, o meu voto é, julgando improcedente a denúncia, o que faço na forma prevista no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal.

Recife, 28 de Janeiro de 20 .

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator

wh